



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**



FRANCIARLY FERREIRA DOS SANTOS

**EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DAS INFORMAÇÕES
AMBIENTAIS DIVULGADAS PELAS EMPRESAS DO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS
E BIOCOMBUSTÍVEIS NO PERÍODO DE 2015.**

SOUSA – PB

2017

FRANCIARLY FERREIRA DOS SANTOS

**EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DAS INFORMAÇÕES
AMBIENTAIS DIVULGADAS PELAS EMPRESAS DO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS
E BIOCOMBUSTÍVEIS NO PERÍODO DE 2015.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Coordenação do curso de Ciências Contábeis
da Universidade Federal de Campina Grande,
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Msc. Cristiane Queiroz
Reis

SOUSA – PB

2017

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, Intitulado: **EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS DIVULGADAS PELAS EMPRESAS DO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS NO PERÍODO DE 2015.**”, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a Instituição, o Orientador, e os demais Membros da Banca Examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Franciary Ferreira dos Santos

FRANCIARLY FERREIRA DOS SANTOS

**EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DAS INFORMAÇÕES
AMBIENTAIS DIVULGADAS PELAS EMPRESAS DO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS
E BIOCOMBUSTÍVEIS NO PERÍODO DE 2015.**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada na forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB, Campus Sousa.

Monografia aprovada em 27 /03/ 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Cristiane Queiroz Reis – Orientadora.
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Prof. Francisco Daênio Casimiro - Membro
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Prof. Msc. Lúcia Silva Albuquerque - Membro
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

SOUSA – PB 27/03/2017.

DEDICATÓRIA

Dedico a minha esposa Talita pelo incentivo e pelo seu amor oferecido durante todo esse momento e em especial ao meu filho Arthur presente maravilhoso que recebi e me fez sentir o maior e melhor dos sentimentos, o amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

A meu Pai Oxalá “Deus” e a meus Guias, por terem me dado o dom da vida e me guiado todo esse tempo, pelo o caminho que tenho como base; a perseverança, honestidade, humildade e justiça;

Ao meu pai Francisco Roberto, pelos valores e princípios que me foram repassados, pelas batalhas e dificuldades que o mesmo teve que enfrentar, para trazer o pão de cada dia para a nossa mesa e pela sua coragem de superar todos os obstáculos que a vida lhe colocou à frente;

A minha mãe Nina, pelo amor incondicional e pela sua garra, lutando e enfrentando as batalhas que a vida nos proporciona, na qual me orgulho como filho, pois eis uma mãe maravilhosa e dedicada;

A minha segunda mãe, Eleuzina, um exemplo de mãe e mulher guerreira e corajosa, uma pessoa que me acolheu em sua casa, me mostrou os valores fundamentais para uma vida prospera e repleta de sabedoria e sucesso;

A minha esposa Talita e ao meu filho Arthur, por existirem e me darem força necessária para superar os obstáculos e atingir meus objetivos, por compartilhar os meus sonhos e formar essa família da qual tenho muito orgulho e amo;

A minha irmã Rannielly e a sua família, por me proporcionar momentos alegres, descontraídos onde me sinto muito feliz;

Aos meus amigos e colegas de sala, que compartilharam momentos e experiências importantes na nossa formação acadêmica;

A minha professora e orientadora Cristiane com sua paciência e dedicação ao trabalho de orientar, trazendo informações e experiências importantes para a conclusão desse trabalho;

Aos meus professores, por terem feito da minha formação acadêmica uma experiência única e fantástica, com muitos ensinamentos e aprendizados que levarei para toda minha vida;

Por fim, a todos que estiveram comigo durante toda esta jornada.

“Quando a última árvore tiver caído, quando o último rio tiver secado, quando o último peixe for pescado, vocês vão entender que dinheiro não se come”

Greenpeace

RESUMO

As empresas do ramo petroquímico são provedoras de bens e serviços e grandes consumidoras de recursos naturais e tradicionais fontes poluidoras, causando uma boa parte dos problemas ambientais do planeta. A sociedade tem cobrado uma nova postura empresarial em que o desenvolvimento econômico deve estar alinhado à responsabilidade ambiental. As políticas ambientais, que por uma questão legal, moral e ética, são implantadas pelas empresas, devem ser geridas e seus resultados evidenciados aos stakeholders. Nesse sentido a presente pesquisa buscou verificar as informações ambientais, publicadas pelas empresas do setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na Bovespa no período de 2015. Para tanto como a presente pesquisa tratou-se de um estudo bibliográfico, descritivo, documental e quanti-qualitativo. A coleta de dados foi realizada através dos sites da BOVESPA e sites oficiais das empresas selecionadas. Os resultados mostraram que as empresas com o maior número de informações ambientais divulgadas em seus instrumentos de evidenciação foram a Petrobras e Ultrapar apresentando um número maior de informações ambientais que as outras empresas pesquisadas. Assim as outras empresas as informações ambientais divulgadas é insuficiente para compreender como essas empresas identificam, mensuram e registram os fenômenos ambientais e quais as políticas de sustentabilidade ambiental praticadas pelas mesmas.

Palavras-Chaves: Evidenciação. Gestão Ambiental. Empresas Petroquímicas.

ABSTRACT

The petrochemical companies are suppliers of goods and services and large consumers of natural resources and traditional polluting sources, causing a good part of the environmental problems of the planet. Society has taken on a new business posture in which economic development must be aligned with environmental responsibility. Environmental policies, which for a legal, moral and ethical issue, are implemented by companies, must be managed and their results evidenced to stakeholders. In this sense, the present research sought to verify if there is uniformity in the disclosure of the environmental information, published by the companies of the Oil, Gas and Biofuels sector listed on the Bovespa in the period of 2015. For as much as the present research was a bibliographic, descriptive, Documentary and quantitative-qualitative. Data collection was done through the BOVESPA websites and official sites of the selected companies. The results showed that the companies with the greatest environmental information disclosed in their disclosure instruments were Petrobras and Ultrapar presenting a greater number of environmental information than the other companies surveyed. Thus, the other companies the environmental information disclosed is insufficient to understand how these companies identify measure and record the environmental phenomena and what environmental sustainability policies are practiced by them.

Keywords: Disclosure. Environmental management. Petrochemical Companies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Relação das empresas componentes da amostra.....	19
Quadro 2 - Relação das empresas e seu Lucro/Prejuízo no ano de 2015.....	37
Quadro 3- Categorias Analisadas.....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Demonstrações das empresas no ano de 2015.....	39
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCJS	Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CVM	Comissão Valores Mobiliários.
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DC	Demonstrações Contábeis
GRI	Global Reporting Initiative
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBP	Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICC	International Chamber of Commerce
NBC T-15	Demonstração de Informação de Natureza Social e Ambiental
PEI	Plano de Emergência Individual
PCS	Projeto de Comunicação Social
PCP	Projeto de Controle da Poluição
PEA	Projeto de Educação Ambiental
PEAT	Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores
PMA	Projeto de Monitoramento Ambiental
PPLC	Projeto Conjunto de Proteção e Limpeza de Costa
QGEP	Queiroz Galvão Exploração e Produção
SMS	Segurança, Meio Ambiente e Saúde
UCs	Unidade de Conservação
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivos	15
1.1.1 <i>Geral:</i>	15
1.1.2 <i>Específicos:</i>	15
1.2 Justificativa	15
1.3 Procedimentos Metodológicos	18
1.3.1 <i>Classificação da Pesquisa</i>	18
1.3.2 <i>Universo e Amostra</i>	19
1.3.3 <i>Procedimentos de Coleta e Análise de Dados</i>	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1 Contabilidade Ambiental	21
2.2 Legislação Ambiental Brasileira	23
2.3 Evidenciação Ambiental	25
2.3.1 <i>Modelos de Evidenciação Ambiental</i>	27
2.3.1.1 <i>Demonstrações Financeiras</i>	29
2.3.1.2 <i>Notas Explicativas</i>	30
2.3.1.3 <i>Relatório da Administração</i>	31
2.3.1.4 <i>Relatório de sustentabilidade</i>	33
2.3.1.5 <i>Balanço Social</i>	34
2.3.1.6 <i>Demonstrações de Informações Natureza Social e Ambiental (NBC -T 15)</i> ...36	
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	37
3.1 Grupo Cosan	39
3.2 PetroRio	40
3.3 Petrobrás	42
3.4 QGEP Participações S.A	44
3.5 Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A	45
3.6 Ultrapar Participações S.A	46
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	48
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do último século, os níveis altos de degradação gerados pela ação do homem ao meio ambiente vêm acendendo uma maior conscientização acerca dos problemas ambientais que afetam o planeta Terra.

O aumento de uma consciência ecológica para Lima *et al.* (2012) foi o incentivo para que a população passasse a exigir informações acerca dos padrões que deveriam ser adotados pelas organizações para conter os impactos gerados por suas atividades ao meio ambiente. Colaborando Rover *et al.* (2008) relata que devido à necessidade de evidenciar informações sobre a interação da organização com o meio ambiente, a Contabilidade, passou a ser um instrumento gerador de informações, sendo utilizada como veículo de comunicação entre organização/sociedade.

Carneiro *et al.* (2008) revela a preocupação de países e da sociedade com a degradação do meio ambiente e com o consumo excessivo dos recursos naturais. As organizações se responsabilizam por boa parcela de agressão ao meio ambiente, por estas serem as principais consumidoras dos recursos naturais e ainda fontes permanentes de poluição. Assim as sociedades com maior preocupação com a questão ambiental não têm medido esforços para exigir uma legislação rígida por parte de governos, buscando disciplinar a atividade econômica, dentre outras ações.

Nessas sociedades, para os autores supramencionados os consumidores têm demonstrado uma nova consciência ecológica nos seus hábitos de consumo. Muitos consumidores exigem certificação ambiental como os selos concedidos a organizações que adotam políticas de responsabilidade ambiental, além disso as organizações têm buscado implementar sistemas de gestão de recursos ambientais, cumprindo a legislação referente ao meio ambiente e adotando relações transparentes com seus grupos de interesse (stakeholders).

Como o objetivo da contabilidade é fornecer informação estruturada de natureza financeira, econômica, e, subsidiariamente, física de produtividade e social, aos usuários à entidade objeto da Contabilidade (IUDÍCIBUS; MARION, 2002 *apud* LIMA *et al.* 2012). Assim o ramo da Contabilidade Ambiental é um ramo da Ciência Contábil relativamente novo o que trouxe o interesse pelo tema (ECKERT *et al.* 2014).

Desse modo, a Contabilidade Ambiental pode ser vista como um instrumento que, por meio da identificação e do registro dos eventos ambientais, fornece ao usuário informações para auxiliar a tomarem decisões buscando à mitigação e controle dos impactos causados pelas atividades empresariais ao meio ambiente.

Neste contexto a Contabilidade, pode contribuir divulgando as informações das empresas tanto de caráter econômico-financeiro como também ambiental, assim, considerando a importância da divulgação das informações de natureza ambiental das organizações, esta pesquisa propõe-se a responder o seguinte questionamento: **Quais as informações ambientais, que são publicadas pelas empresas do setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na Bovespa no período de 2015?**

1.1 Objetivos

1.1.1 Geral:

Apresentar as informações ambientais, publicadas pelas empresas do setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na Bovespa no período de 2015.

1.1.2 Específicos:

- Verificar quais as demonstrações e relatórios utilizados pelas empresas para demonstrarem o seu comprometimento com o meio ambiente.
- Identificar os tipos de informações ambientais divulgadas pelas empresas nos relatórios analisados.
- Mostrar as informações ambientais dos relatórios disponibilizados no site da BOVESPA com os disponibilizados pelas empresas em seus sites oficiais.

1.2 Justificativa

A relação da organização/sociedade precisa ser de transparência, sendo leal e fiel a realidade dos fatos e exibindo também os problemas ambientais gerados pela entidade e as possíveis soluções implementadas, mesmo que a organização corra sério risco de sofrer

pressões do Estado e da sociedade. Assim, a organização sinaliza que respeita a sociedade em que se insere e zela pela sua relação.

Tal questão compreende a relevância diante de uma posição socialmente responsáveis desenvolvidas pelas organizações quanto à preservação do meio ambiente e relações com os usuários (internos e externos). Krespi *et al.* (2012, p. 148) relata que “a importância de seguir uma postura socialmente responsável, aumenta à medida que se torna claro que uma sociedade mais fragilizada representa o risco para os próprios negócios das organizações”. Nesse sentido, “ser socialmente responsável passou a ser mais do que apenas cumprir as obrigações sociais e tornou-se ponto estratégico, além de ser fator de diferencial competitivo” (KRESPI *et al.* 2012, p. 148).

Ao produzirem informações de grande relevância das suas atividades e atitudes socialmente responsáveis, é preciso que as organizações divulguem as respectivas informações ao mercado, utilizando-se da contabilidade ambiental como ferramenta.

Optou-se pelas empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas no site da Bovespa, por ser um setor de grande impacto ambiental, e com isso defrontam-se com a precisão de implementar políticas ambientais que reduzem ou eliminam os efeitos danosos sobre o meio ambiente. No entanto, a questão não se epiloga à prática de políticas de gestão visando à sustentabilidade ambiental. É preciso que a organização divulgue para a sociedade as suas efetivações na área ambiental, além das informações acerca das políticas que a mesma adota, o quanto a sua atividade impacta diretamente ou indiretamente o meio ambiente, quais as metas e objetivos pretende alcançar com sua sinergia com o meio ambiente (TINOCO; KRAEMER, 2008).

A justificativa para elaboração deste estudo concentra-se na relevância das informações divulgadas pelas organizações em relação à temática “ambiental” refletindo sobre o comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial.

Considera-se, que as organizações, para se tornarem competitivas no mercado, precisam evidenciar informações relevantes aos usuários que delas se detém para as tomadas de decisões, especialmente sobre a sua atuação diante das atividades desenvolvidas e que estão voltadas ao meio ambiente e a gestão sustentável dos recursos.

Como contribuição para a sociedade esta pesquisa traz um maior conhecimento das informações que estas empresas divulgam da sua relação com o meio ambiente como

também as formas como são divulgadas estas informações e para a academia servirá como suporte para futuras pesquisas na área.

A relevância deste trabalho está também na importância deste tema, onde verificou-se que outros trabalhos já foram desenvolvidos, sendo aplicados em outras áreas, como o de Costa e Marion (2007), onde os autores buscaram mostrar se existiam uniformidade nas informações ambientais divulgadas pelas empresas do setor de papel e celulose. Já Lima *et al.* (2012) verificou as informações ambientais evidenciadas por grandes empresas brasileiras através das suas demonstrações contábeis. Os autores constataram que a maioria das empresas analisadas vem demonstrando preocupação com as questões ambientais e utilizando a Contabilidade Ambiental como forma de comunicação com a sociedade, evidenciando por seus relatórios contábeis, os impactos de suas atividades no meio ambiente e as medidas por elas tomadas para reduzir este impacto.

Rover *et al.* (2008) onde os autores examinaram as informações ambientais divulgadas voluntariamente pelas empresas brasileiras. Os resultados evidenciam que a categoria com maior número de sentenças é a de “Políticas Ambientais”, seguida pela de “Informações Financeiras Ambientais”. A maioria das informações é declarativa, do tipo positiva, localizada no Relatório da Administração e não auditada. Esses resultados corroboram a Teoria do Disclosure Voluntário e os estudos anteriores, na medida em que não se esperava que as empresas divulgassem voluntariamente informações negativas a respeito de suas práticas ambientais.

Fonseca; Almeida e França (2012) no seu estudo analisou a aderência das informações ambientais divulgadas nos Balanços Sociais das empresas do setor de utilidade pública listadas na BM&FBOVESPA às exigências da NBC T 15, nos exercícios de 2008 a 2010. Os autores observaram que a maioria das organizações estudadas preferiu divulgar seus Balanços Sociais através do relatório da administração.

Por último destaca-se o estudo de Ecker *et al.* (2014) procurou conhecer como as empresas da região turística da Serra Gaúcha, Rio Grande do Sul, listadas na BM&F Bovespa estão evidenciando as informações ambientais. Os dados mostraram que as empresas enfatizam sua imagem divulgando essas informações demonstrando um retrato positivo perante a sociedade, seja com a intenção de amenizar os impactos ambientais ou por questão de marketing, ou para obter vantagem em relação à concorrência.

O presente estudo além de demonstrar o nível das informações ambientais, publicadas pelas empresas do setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas e ainda faz um comparativo sobre as evidências ambientais, bem como destacando aquilo que foi evidenciado.

1.3 Procedimentos Metodológicos

1.3.1 Classificação da Pesquisa

A metodologia é a arte de conduzir o espírito na investigação da verdade (FERREIRA, 2011b). Tratando-se de um conjunto de métodos imprescindíveis e técnicas da produção do conhecimento científico, ou seja, a execução da prática do conhecimento específico diante do processo de apreensão da realidade.

Dessa forma, a metodologia é de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa e de alcance dos objetivos desejados, para obter conseqüentemente os resultados (COLZANI, 2010).

A presente pesquisa classifica-se como um estudo bibliográfico, descritivo, documental e quanti-qualitativo.

A natureza bibliográfica baseia-se em material já elaborado constituindo-se principalmente de livros, artigos, dissertações e teses. Gil (2009), acrescentando-se o fato de que pesquisa alguma parte atualmente da estaca zero e em algum lugar, pesquisas semelhantes já podem ter sido feitas ou apenas complementadas (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Já a pesquisa descritiva, segundo Andrade (2003, p. 124) ele defende a ideia que “uma das características da pesquisa descritiva é a técnica padronizada da coleta de dados, realizada principalmente através de questionários e da observação sistemática”. Na mesma obra, o referido autor afirma que neste tipo de pesquisa, “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”.

A análise documental segundo Marconi e Lakatos (2010) constitui uma técnica importante na pesquisa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

O método quantitativo como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc (RICHARDSON, 2011, p. 60). Enquanto que o método qualitativo caracteriza-se por sua vez, pela a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento mais claro do assunto (MARCONI; LAKATOS, 2010).

A metodologia utilizada neste trabalho foi baseada em Marion e Costa (2007)¹, onde eles verificaram a uniformidade das informações ambientais entre os relatórios disponibilizados pelas empresas do setor de papel e celulose através do *site* da BOVESPA e de seus *sites* oficiais.

1.3.2 Universo e Amostra

O Universo da pesquisa é composto pelas empresas listadas na Bovespa, mas para o desenvolvimento desta pesquisa foi selecionada apenas uma amostra, composta pelas empresas listadas no setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis no período de 2015. O quadro 1 abaixo, mostra as empresas estudadas.

Quadro 1: Relação das empresas componentes da amostra.

Empresas
COSAN LIMITED
COSAN S.A Industria e comercio
OGX PETROLEO E GAS S.A
PETRO RIO S.A
PETROLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS
QGEP PARTICIPAÇÕES S.A
REFINARIA DE PETROLEOS MANGUINHOS S.A
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A

Fonte: BMFBOVESPA, 2017.

1.3.3 Procedimentos de Coleta e Análise de Dados

¹ COSTA, Rodrigo Simão da; MARION, José Carlos. A Uniformidade na evidenciação das informações ambientais. Revista Contabilidade & Finanças. USP: São Paulo, 2007. Nº 43. P. 20-33.

A coleta de dados foi realizada através dos *sites* da BOVESPA e *sites oficiais* das empresas selecionadas, no período de 2015, com objetivo de verificar se existe uniformidade na evidenciação das informações ambientais, publicadas pelas empresas do setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na Bovespa.

Os documentos analisados foram os Relatórios da Administração, Notas Explicativas, Relatório de Sustentabilidade, Balanço Social etc. Para subsidiar a análise descritiva dos dados utilizou-se do software Microsoft Excel 2010.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contabilidade Ambiental

A Contabilidade é a área do conhecimento que se detém ao estudo e exame de registros dos fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade (LUZ, 2013). Sua principal finalidade segundo Lima *et al.* (2012) corresponde ao estudo das variações que acontecem com o patrimônio, de modo quantitativo e qualitativo, com o intuito de fornecer subsídios aos agentes de interesse envolvidos com esse patrimônio.

Nessa perspectiva, a preocupação com as questões ambientais que, nasceu concomitante à expansão da consciência coletiva, fez com que as empresas fizessem uso da Contabilidade Ambiental como aparelho de comunicação com a sociedade.

Carneiro; Luca e Oliveira (2008) explicam que essa necessidade surgiu a partir do dimensionamento dos efeitos da dinâmica empresarial no meio ambiente. Para os autores, essa área da ciência contábil exerce grande importância quando consideramos que pode funcionar como sistema de informação útil à implantação da gestão ambiental dentro de uma empresa.

Tinoco e Kraemer (2008) corroboram com esse pensamento quando colocam que o objetivo da Contabilidade Ambiental é ligar a contabilidade financeira tradicional aos efeitos ambientais, destacando os custos e ingressos relacionados com o meio ambiente. Em suma, faz uma interligação do conceito de sustentabilidade do meio ambiente aos negócios e, para tanto, acolhe todos os subsistemas da empresa.

Autores como Ecker *et al.* (2014) e Lima *et al.* (2012) concordam com os autores supramencionados, explicando que o desenvolvimento da Contabilidade Ambiental resultou da conseqüente necessidade de levar informações adequadas ao funcionamento das empresas. Ou seja, dentro da sociedade contemporânea cresce a busca por informações ambientais na contabilidade das organizações, e além das demonstrações contábeis, procuram-se também outros relatórios capaz de subsidiar o gerenciamento ambiental no desenvolvimento de atividades que previnem e recuperam os danos ambientais.

Considerando este aspecto, a Contabilidade Ambiental pode ser considerada como uma subdivisão da Contabilidade que apresenta como objeto de estudo os elementos contábeis

referentes ao meio ambiente, e como objetivo, a determinação de eventos e fatos relacionados ao meio ambiente.

Lima *et al.* (2012, p. 15) chama de objetivo da Contabilidade Ambiental:

A identificação, a mensuração, o esclarecimento dos eventos e as transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.

A Contabilidade Ambiental, portanto, tem o objetivo de notificar as atividades de uma empresa acerca da a proteção, preservação e recuperação ambiental, ressaltando que os seus efeitos são capazes de influenciar os negócios da empresa.

Para Tinoco e Kraemer (2008), os mais diversos conceitos atribuídos à Contabilidade Ambiental “serve para evidenciar e espelhar a relação das empresas e da Nação com o meio ambiente sendo mais ambiciosa que a contabilidade tradicional, pois se baseia em conhecer as externalidades negativas e registrar, mensurar, avaliar e divulgar todos os eventos ambientais”.

Diante disso, Ecker *et al.* (2014) afirma que a contabilidade ambiental apresenta-se como um novo desafio aos usuários para demonstrar a importância de as empresas atuarem na preservação e recuperação do meio ambiente, utilizando a contabilidade como instrumento que vai auxiliar na tomada de decisões. Pensando nisso, é possível afirmar que a contabilidade ambiental se comporta como uma segmentação da contabilidade tradicional e não como uma nova ciência.

A contabilidade ambiental surge não tão somente para atender à finalidade exclusivamente particular e única das empresas (interesse dos sócios e acionistas em não incorrer em prejuízos), mas também à finalidade social de demonstrar em termos monetários o grau de destruição potencial em contrapartida às ações de conservação e preservação do bem maior da humanidade: o meio ambiente (ECKER, *et. al.*, 2014, p. 81).

Destarte, quando os problemas ambientais incomodam os gestores e a sociedade é que a contabilidade ambiental entra em ação, pois, a partir daí, surge a necessidade de informações objetivas e mais precisas sobre o meio ambiente, coisas que os contadores formados pela linha hegemônica não estavam tão habilitados a lidar. Muza; Silveira e Pfitscher (2014, p. 4)

As informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente, e até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação.

Nesse sentido, existe uma forte tendência das empresas exporem para a comunidade, sua política ambiental, programas de gestão ambiental e o impacto de seu desempenho ambiental em seu comportamento econômico e financeiro. Com isso, a Contabilidade Ambiental adquiriu papéis importantes dentro das empresas em geral, pois é através dela que se toma conhecimento da disponibilidade de recursos naturais, e que se constroem debates e discussões no campo econômico, político e social acerca dos impactos da degradação do meio ambiente.

Sendo assim, o debate acerca das questões ecológicas nos negócios das empresas emerge de forma cada vez mais frequente e profunda.

2.2 Legislação Ambiental Brasileira

O Brasil apresenta uma significativa legislação ambiental, sendo constituída por um conjunto jurídico respeitado por suas leis em nível federal. Para se ter uma ideia, a Gestão Ambiental é uma temática amplamente debatida e sua evolução histórica tem início com a problemática das questões ambientais. Desde os tempos primordiais da organização, impulsionada pelas revoluções Industriais, as temáticas ambientais foram tratadas de forma secundária. Esse secundarismo deixa de existir mediante a realização de encontros mundiais que discutiam o tema meio ambiente e desenvolvimento, eventos resultantes da constatação do quadro de degradação ambiental (SAUGO; POLETTO; POLACINSKI, 2012).

Ao pensar sobre o percurso histórico da legislação ambiental brasileira, podemos nos reportar às Ordenações Filipinas, que normatizava a exploração vegetal no país, o uso do solo, das águas de rios e a caça (WAINER, 1999, apud SAUGO; POLETTO; POLACINSKI, 2012).

No Código Florestal Brasileiro, promulgado através da Lei nº 4.771/65, segundo Figueiredo (2010) estavam previstos os primeiros assuntos ligados ao direito material fundamental. No

entanto, a pauta sobre meio ambiente só foi estabelecida através da Política Nacional do Meio Ambiente, através da lei 6.938/81. O ano de 1985 data a edição da lei 7.347 permitindo os meios processuais em caso de lesão ou ameaça ao meio ambiente, consumidor, bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Através do artigo 1º, inciso IV do projeto da lei supramencionada, falou-se pioneiramente da defesa dos direitos difusos e coletivos do cidadão; contudo, logo mais este inciso foi anulado pelo presidente da República (MILARÉ, 2011). De acordo com a Carta Magna de 1988 foi criado o art. 225 “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações”, ou seja, neste artigo esteve previsto os primeiros direitos do meio ambiente (BRASIL, 1988).

No ano de 2000, a Lei Federal n. 9.985 foi publicada com o objetivo de regulamentar o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e de instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Sendo assim, a caracterização jurídico-ecológica das unidades de conservação está relacionada com o cumprimento de cinco pressupostos: relevância natural, oficialismo, delimitação territorial, objetivo conservacionista e regime especial de proteção e administração (SAUGO; POLETTTO; POLACINSKI, 2012).

Para Leuzinger (2001) esta lei representa a organização do tratamento normativo destas unidades de conservação (UCs), pois em um dado momento pregresso, este direito estava previsto, mas de modo desordenado, em diferentes leis e atos normativos.

Saugo; Poletto e Polacinski (2012) escreve que a legislação ambiental brasileira tem exigido mais ações preventivas das empresas a cada dia. Desse modo, é possível dizer que a execução das normas vigentes aliado a iniciativas capazes de priorizar a preservação dos recursos naturais são condições favoráveis para o desenvolvimento de uma gestão ambiental empresarial eficiente.

O fato de acreditar que a regulamentação ambiental diminui a competitividade e a produtividade das organizações explica o porquê de a legislação ambiental ser hoje um grande desafio para as empresas (PEREIRA, 2013).

É importante destacar que o simples cumprimento da lei não significa ajustar-se apenas a uma norma, mas também criar uma nova cultura empresarial que une a ideia de crescimento econômico organizacional com o conceito de desenvolvimento socioambiental, sendo este último, o aspecto que cresce na avaliação da imagem da empresa.

Nessa perspectiva, o amplo conhecimento sobre a legislação ambiental é um grande propulsor de desempenho para uma empresa e para o profissional, além de se importar como uma forte ferramenta na tomada de decisões. Empresas hoje são avaliadas de acordo com a conduta adotada, principalmente no que se refere a eventos ambientais.

2.3 Evidenciação Ambiental

Evidenciar pode ser definido como “tornar evidente, mostrar com clareza, comprovar” (FERREIRA, 2011b), consiste em mostrar com clareza algo que não cause dúvidas. Sendo assim, evidenciação contábil refere-se às informações que as entidades devem tornar públicas, as informações a serem divulgadas, disponíveis através das demonstrações contábeis e dos relatórios.

A evidenciação contábil pode ser explicada como o ato de comunicar as informações aos usuários interessados, utilizando técnicas direcionadas à apresentação da informação. Estando diretamente relacionada, conforme diz Carneiro, De Luca e Oliveira (2008) à: “identificação, avaliação, mensuração e registro dos fenômenos que afetam ou podem afetar a dinâmica patrimonial”.

Em relação ao objeto da evidenciação contábil de natureza ambiental, Ribeiro (2010) cita os seguintes aspectos a serem evidenciados: Natureza dos gastos e passivos ambientais inseridos nas demonstrações contábeis; imposição para recuperação, bem como expectativas para mudança; interação com o meio ambiente, incluindo políticas e programas adotados ou justificativa para não os ter; melhorias; incentivos etc. Como objetivo da evidenciação contábil, Tinoco e Kraemer (2008, p. 254) define como:

O de divulgar informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais, os stakeholders, considerando que os demonstrativos financeiros e outras formas de evidenciação não devem ser enganosos.

Ao se falar dos objetivos, Segantini (2012), diz que o objetivo da divulgação de informações de natureza ambiental é proporcionar informações que permitirão aos interessados, avaliar o nível de preocupação ambiental das empresas no que tange aos riscos, fluxo de caixa e consistência com a causa ambiental. Podendo ser evidenciadas de diversas formas como,

por exemplo, relatórios anuais, relatórios da administração, demonstrações contábeis, notas explicativas etc.

Hendriksen e Breda (2010) utilizam o termo em sentido mais amplo ao afirmar que evidenciação quer dizer veiculação de informação. Para que a informação contábil adquira o respaldo necessário para atuar como instrumento decisório, faz-se necessário que ela comporte alguns atributos de ordem qualitativa tais como tempestividade, confiabilidade, relevância e compreensibilidade.

Carneiro, De Luca e Oliveira (2008) afirmam que a Contabilidade Ambiental no Brasil se encontra em estágio embrionário, pois, embora muitas empresas venham implantando política de gestão ambiental, existe uma falta na divulgação dessas ações para o público, em virtude da subnotificação dos fenômenos de natureza ambiental nas empresas e conseqüente deficiência de evidenciação. Isto impede um melhor gerenciamento das questões ambientais na empresa, bem como priva o usuário de informações que poderiam ajudá-lo a conhecer a empresa com maior propriedade.

Paiva (2003) declara que os relatórios contábeis que são publicados no país expõem dados incompletos no que tange às atividades relacionadas ao meio, com raras exceções, ambiente. Tanto no relatório da administração quanto em notas explicativas, quando são relatadas, as informações são apresentadas de forma evasiva, não dando uma noção clara do que realmente ocorre. O autor ainda relata que as empresas tendem a divulgar, em suas evidenciações voluntárias, apenas os efeitos positivos da relação entre elas e o meio ambiente, descartando, portanto, dados sobre condutas inapropriadas das empresas ligadas aos recursos naturais com receio de que estas informações possam gerar pressões e danos à imagem da empresa perante a sociedade.

Falando do ponto de vista da legalidade, são discretas as diretrizes para divulgação de informações de natureza ambiental no âmbito das demonstrações financeiras no Brasil. A CVM no Parecer de Orientação 15 de 1987 traz recomendação para que as empresas de capital aberto incluam nos relatórios de administração informações referentes aos investimentos efetuados em benefício do meio ambiente. O IBRACON - NPA 11 (1996) recomenda que os passivos e ativos ambientais sejam divulgados nas demonstrações financeiras das empresas, apresentados em títulos específicos, identificando numa segmentação adequada o ativo imobilizado ambiental, os estoques, a participação e a responsabilidade social da entidade, definindo que a referida demonstração deve ser exibida junto aos dados do exercício atual e anterior, com o objetivo de realizar uma comparação

entre os exercícios sociais, ambientais, diferidos ambientais etc.; bem como os passivos ambientais (financiamentos específicos, contingências ambientais definidas).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da NBC T 15, Resolução nº 1.003/04, institui a Demonstração de Informação de Natureza Social e Ambiental, e estabelece procedimentos para a exibição de natureza social e ambiental, objetivando revelar à sociedade, a participação e a responsabilidade social da entidade, de modo que contenha informações do exercício atual e anterior, para que se proporcione um comparativo entre os exercícios sociais.

A definição do método de divulgação está atrelado à natureza da informação e a sua devida importância. Pensando nisso Ludícibus (2015) cita como métodos mais comuns de divulgação: as demonstrações contábeis; informações entre parênteses; notas explicativas; demonstrações e quadros complementares; comentários no parecer de auditoria; e relatório de administração. Ribeiro (2010) sustenta que as informações de natureza ambiental deveriam ser divulgadas idealmente no corpo das demonstrações contábeis e nas notas explicativas, dependendo da extensão e natureza das informações a serem prestadas.

2.3.1 Modelos de Evidenciação Ambiental

Dentre os autores pesquisados, verificou-se uma gama de demonstrações ambientais que vão desde adaptações de Balanço e Demonstração de Resultados até exemplares de autoria própria. Segundo Calixto (2007) apud Fonseca; Almeida e França (2012) a divulgação de informações de natureza sócio ambiental através da contabilidade, no Brasil, tem seu marco na década de 1990, com o surgimento dos primeiros trabalhos acadêmicos sobre contabilidade ambiental no Brasil.

Nesse período, a contabilidade ambiental estava caracterizada pelo novo dimensionar, controlar e divulgar informações financeiras de natureza ambiental nas empresas. Para Fonseca; Almeida e França (2012), a evidenciação constitui compromisso inalienável da Contabilidade, e significa a apresentação sistemática de informações quantitativas com o objetivo de fornecer informações racionais e eficientes para o usuário.

Nos trabalhos de Clarkson e Richardson (2007) e Magness (2006), eles fizeram uma investigação da relação que existe entre a performance ambiental e disclosure. Já os estudos de O'Dwyer (2002) e Adams (2006) com enfoque social, foram capazes de analisar

questões ligadas a percepção gerencial e sua relação com o disclosure social e ambiental dentro das empresas.

Com relação a utilização de teorias nas pesquisas ambientais e sociais, destacamos o modelo de Ribeiro e Lisboa (1999) que propõe um demonstrativo de resultados ambientais apontando as contas ambientais e sua influência no lucro da empresa. O estudo de Costa et al. (2006), apresenta uma proposta de Demonstrativo de Responsabilidade Ambiental, para evidenciação dos itens elencados pela contabilidade que objetiva permitir às empresas visualizar o valor e a porcentagem de seu faturamento líquido e operacional em meio aos valores de origem ambiental.

Frey e Pires Júnior (2001), também apresentam um modelo de Balanço Patrimonial, com a inclusão de contas ambientais nos grupos e subgrupos considerados como adequados para demonstrar no final do período os valores gastos com a parte ambiental. Neste exemplo, os autores criaram a conta de custos ambientais, como uma conta redutora, para os custos de aquisição e/ou produção. Já no grupo de permanente, foram criadas as contas para a aquisição de poluidores, não poluentes e antipoluentes, com o intuito de auxiliar a empresa com o cumprimento das normas ambientais regulamentadas pelos órgãos competentes. No grupo de obrigações, as contas criadas são uma reserva, para possíveis multas que a empresa possa vir a receber em virtude de incidentes ambientais e das provisões para passivos ambientais.

O modelo de Dutra (2002) apresenta o balanço tradicional e demonstração de resultados, inserindo algumas contas ambientais nos grupos e subgrupos. Para o autor, a evidenciação das contas ambientais deve sofrer o mesmo tratamento que as demais contas patrimoniais ou de resultado. Neste modelo, Dutra inclui a conta de produtos em elaboração (custos ambientais) com a finalidade de justificar que a empresa-exemplo retira as matérias-primas da natureza. O autor evidencia a parcela correspondente aos custos ambientais, para análise do usuário da informação observando se a empresa terá lucro ou prejuízo.

Eugênio (2005) defende que a descrição minuciosa dos valores ambientais, através de adaptações realizadas nos planos de contas da empresa, tanto nas contas de resultado, como nas contas patrimoniais, e apresenta os demonstrativos tradicionais com a inserção dos elementos ambientais.

O Balanço Patrimonial apresentado por Kraemer (2005), destaca as contas ambientais em contrapartida com as contas financeiras, criando subgrupos ambientais e financeiros, tanto no ativo quanto no passivo.

Ainda assim, é possível destacar os estudos de Rahaman, Lawrence e Roper (2004) que, de modo geral, focaram a teoria institucional no contexto ambiental e social, através do estudo da influência do Banco Mundial na legitimação de práticas de divulgação de relatórios sociais e ambientais numa companhia estatal de Gana. Além disso, o trabalho de Aerts, Cormier e Magnan (2006) foi capaz de avaliar comportamentos miméticos em empresas canadenses, francesas e alemãs durante cinco anos, mediante as pressões de conformidade do campo organizacional.

Por fim, os estudo de Patten e Cho (2007) investigaram o disclosure de itens monetários e não monetários de natureza ambiental, o qual identificou que a manutenção da legitimidade das firmas pesquisadas eram capazes de aumentar o grau de evidenciação dos itens monetários e não monetários de natureza ambiental.

2.3.1.1 Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras nada mais são do que relatórios contábeis muito utilizados no processo de tomada de decisões nas empresas, sendo as mais importantes: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do resultado do exercício (DRE) e o Fluxo de Caixa. Vale lembrar, que as demonstrações com este fim estão em oposição às necessidades comuns da maioria dos utentes e, contudo, não são capazes de fornecer toda a informação de que estes precisam para tomarem as suas decisões (SOUSA; RIBEIRO, 2004).

Nessa perspectiva, os demonstrativos financeiros tradicionais são muito utilizados ainda pela Contabilidade, constituindo veículos essenciais de comunicação entre as empresas e as sociedades, por meio da sistematização e uniformização de informações.

No entanto, destaca-se que as informações simples de caráter econômico-financeiro que são divulgadas nos demonstrativos financeiros, já não são tão suficientes, uma vez que o interesse da sociedade está ligado em maior escala com o modo como as organizações se comportam frente ao meio ambiente, como aproveitam seus recursos e contribuem para o seu desenvolvimento (PIRES; SILVEIRA, 2008).

No que se refere à evidenciação de natureza ambiental, tem sido utilizado outros instrumentos de divulgação, relatórios alheios ao corpo das demonstrações financeiras tradicionais. O International Chamber of Commerce - ICC *apud* Carneiro, De Luca e Oliveira

(2008) os denomina de relatórios voluntários, classificando-os em relatórios ambientais, relatórios ambientais ou sociais, ambiente e comunidade, ambiente, saúde e segurança, revistas ambientais, suplementos ambientais, relatório ambiental e legal.

Tinoco e Kraemer (2008) descrevem esses relatórios como instrumentos utilizados pelas empresas para propagar seu desempenho ambiental, os dados auditados ou não, os eventos e impactos das atividades empresariais no meio ambiente e os riscos, impactos, políticas, estratégias, alvos, custos, despesas, receitas, passivos ou qualquer outra informação relevante de sua performance ambiental.

2.3.1.2 Notas Explicativas

As notas explicativas fazem parte das informações contábeis e têm como objetivo noticiar informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social, critérios utilizados na sua elaboração e eventos subsequentes ao balanço, que não foram suficientemente evidenciados ou que não constam nas demonstrações contábeis propriamente ditas (Resolução CFC nº. 1283/2016). Costa e Marion (2007) afirmam que, embora as notas explicativas permitam a melhoria do processo de evidenciação das informações contábeis, deve-se estar atento ao fato de que o método não deve ser utilizado em excesso nem como desculpa pelo fornecimento de demonstrações formais inadequadas. Em suma, percebe-se que as notas explicativas são utilizadas para evidenciação de informações que não ficam evidentes nas demonstrações contábeis, mas que podem auxiliar na sua análise e compreensão.

Iudícibus (2015) entende que notas explicativas são informações complementares às demonstrações financeiras, o que não deixa de ser parte integrante delas. Estão expressas de modo descritivo ou analítico, e podem envolver ainda outras demonstrações contábeis eficazes ao esclarecimento das demonstrações financeiras.

A CVM (1987) apresenta recomendações de temas para serem evidenciados nas notas explicativas, sugerindo o registro das ocorrências ambientais com os temas de reservas, obrigações a longo prazo, serviços a realizar e etc.

2.3.1.3 Relatório da Administração

O relatório da administração é um instrumento que a empresa utiliza para comunicar-se com o público externo (investidores, credores, clientes e sociedade). Tem por função apresentar as demonstrações contábeis sob a ótica da administração da empresa, ou seja, é capaz de facilitar o entendimento das informações descritas nas demonstrações contábeis (MUNARIA; LORANDI, 2014).

De acordo com Pires e Silveira (2008) é mais importante fornecer informações de qualidade do que uma grande quantidade delas. As informações precisam ser compreensíveis, com otimização da relação custo/benefício, tudo isso para auxiliar o processo de decisão de seu usuário.

Vale destacar que, mesmo não sendo integrante das demonstrações exigido por lei, é considerada parte integrante dos Documentos da Administração e a obrigatoriedade da divulgação se dá conforme Lei n.º 10.303/ 2001 no art. 133.

A assembleia-geral ordinária deve ser comunicada pelos administradores no prazo de até um mês anterior à data marcada, em anúncios que obedeçam a forma estabelecida no artigo 124, que estão à disposição dos acionistas:

- I - O relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;
 - II - A cópia das demonstrações financeiras;
 - III - O parecer dos auditores independentes, se houver;
 - IV - O parecer do conselho fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver; e
 - V - Demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia.
- § 1º Os anúncios indicarão o local ou locais onde os acionistas poderão obter cópias desses documentos.
- § 2º A companhia remeterá cópia desses documentos aos acionistas que o pedirem por escrito, nas condições previstas no § 3º do artigo 124.
- § 3º Os documentos referidos neste artigo, à exceção dos constantes dos incisos IV e V, serão publicados até 5 (cinco) dias, pelo menos, antes da data marcada para a realização da assembleia-geral.
- § 4º A assembleia-geral que reunir a totalidade dos acionistas poderá considerar sanada a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos referidos neste artigo; mas é obrigatória a publicação dos documentos antes da realização da assembleia.
- § 5º A publicação dos anúncios é dispensada quando os documentos a que se refere este artigo são publicados até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da assembleia-geral ordinária (BRASIL, 1976).

Não é possível localizar um modelo padrão para elaboração do Relatório da Administração, ficando a elaboração do mesmo sob responsabilidade das companhias, o que dá um caráter

mais flexível para a elaboração do Relatório da Administração. Igarashi; Silva e Oliveira (2009) corroboram dizendo que a elaboração deste relatório é livre, ou seja, é a posição do profissional que o estrutura, pois não existe regulamentação estabelecida para o seu processo de elaboração, ele está sujeito a alterações de acordo com o interesse da organização.

Para a forma de apresentação, segundo Iudícibus *et al.* (2010), existe um consenso preliminar. Não se trata de uma padronização propriamente dita, o relatório segue alguns requisitos básicos durante o seu processo de elaboração. Como exemplo os autores citam o consenso sobre tópicos principais a serem enfocados, devendo incluir, portanto, uma discussão e análise pelos Administradores, contemplando:

1. As atividades globais do grupo (análise corporativa);
2. Informações mais detalhadas das atividades de ramos ou segmentos individuais (análise setorial); e
3. Análise dos resultados e da posição financeira do grupo (análise financeira) (IUDÍCIBUS *et al.* 2010, p. 51).

Segundo Igarashi; Silva; Oliveira (2009), este relatório trata de uma forma singular de narrar os fatos e às necessidades de cada empresa. Desse modo, o Relatório da Administração caracteriza-se pelo seu caráter mais descritivo do que técnico quando comparado a outros documentos, ele tem um poder forte de comunicação, pois presta conta de atos praticados e apresenta perspectivas de desempenhos futuros.

Essa afirmação concorda com o que Iudícibus *et al.* (2010) expõe, o caráter menos técnico e mais descritivo permite que as demais demonstrações contábeis (DC) permitirá que números mais elevados de usuários compreendam as informações fornecidas pelas companhias, que uma gama maior de usuários consiga entender e tirar conclusões acerca do que é exposto pelas empresas.

Gallon; Beuren e Hein (2008, p. 146) compartilha da mesma opinião quando afirma que “o Relatório da Administração por se apresentar de modo descritivo e não de uma forma técnica, como ocorre nos outros relatórios, possibilita o entendimento para um maior número de usuários, pois tem um poder maior de comunicação”.

Na visão de Reina, Ensslin e Borba (2009, p. 3) “o Relatório da Administração oferece informações adicionais e complementares as demonstrações financeiras de uma entidade, de tal forma a permitir a realização de projeções das tendências futuras da mesma”.

Nesta perspectiva, o Relatório representa um necessário e importante complemento as demonstrações contábeis publicadas por uma organização, quando se trata de permitir o fornecimento de dados e informações adicionais que sejam úteis aos usuários em seu julgamento e processo de tomada de decisões.

2.3.1.4 Relatório de sustentabilidade

A publicação de um Relatório de Sustentabilidade consiste em uma das formas mais comuns de uma empresa descrever e prestar contas de sua atuação e conduta para a sustentabilidade, à sociedade e ao mercado. Sousa et al. (2013) destaca que é uma maneira de reunir pessoas, entidades e demais empresas para a causa do desenvolvimento sustentável. Esse relatório permite às empresas e seu público, ter sob sua custódia um instrumento que permite a conversa e a implantação de melhorias contínuas ao desempenho da empresa, rumo ao desenvolvimento sustentável.

Corroborando Kraemer (2012) destaca que o Relatório é um importante instrumento de comunicação e gestão. Ele contém informações mais amplas que o balanço social, práticas adotadas pelas empresas no intuito de buscar o desenvolvimento sustentável, medidas que promoviam melhores condições de vida para a sociedade, e que demonstre atitudes de preservação do meio ambiente.

Os relatórios de sustentabilidade segundo a Iniciativa Global para Apresentação de Relatórios – GRI (2006) são a prática de medir e divulgar o desempenho organizacional enquanto se trabalha rumo ao desenvolvimento sustentável. Um relatório de sustentabilidade fornece uma declaração equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização, incluindo contribuições positivas e negativas.

As informações geradas pelo relatório de sustentabilidade são de ordem qualitativa e quantitativa, uma vez que ele procura evidenciar os processos da gestão socioambiental nas organizações, demonstrando o que elas têm feito em busca do desenvolvimento sustentável.

Um bom Relatório de Sustentabilidade, construído dentro de diretrizes claras, é um diferencial importante para a análise da posição da empresa em seu mercado de atuação, além de ser um fator de valorização de suas ações. Investidores e consumidores (individuais ou institucionais) gostam de saber que a empresa destina recursos e esforços a projetos

com baixo risco ambiental, alto valor social e lucratividade justa. Outro ponto relevante é que o Relatório ajuda a empresa a conhecer melhor os seus próprios pontos fracos e a identificar oportunidades de melhorias. Sua elaboração exige um mergulho nas profundezas da organização.

2.3.1.5 Balanço Social

O Balanço Social segundo Iudícibus (2015) é um documento que relata o nível de responsabilidade social que uma empresa assumiu, portanto, é uma forma da empresa prestar contas pelo uso do patrimônio público (recursos naturais e humanos) e nele ainda contém, o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2008, p. 91):

A elaboração e a publicação do Balanço Social pelos gestores constituem-se no melhor exemplo de accountability. Accountability representa a obrigação que as organizações têm de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder, a seus parceiros sociais, os stakeholders.

Desse modo, o Balanço Social caracteriza-se por ser um instrumento de gestão e de informação que torna transparente as informações econômicas e sociais das entidades, aos diversos usuários.

Soares et al. (2010, p. 4) ressaltam que:

O balanço social pode ser considerado como uma demonstração técnica gerencial que engloba um conjunto de informações sociais da empresa, permitindo que os agentes econômicos visualizem suas ações em programas sociais para os empregados (salários e benefícios), entidades de classe (associações, sindicatos), governo (impostos) e cidadania (parques, praças, meio ambiente, etc.).

Os mais diversos conceitos apresentados nos dá uma noção de que balanço social está ligado à ideia de responsabilidade social e a preocupação com o meio ambiente ao informar suas ações ambientais. Costa (2014) aplica esse conceito ao balanço ambiental, no qual demonstra as relações do patrimônio com o meio ambiente ou com a natureza. Deve apresentar ainda as ações utilizadas para controle do impacto ambiental pelos resíduos do

sistema produtivo, sob o risco de gerar custos adicionais (como tratamento de resíduos e riscos ambientais).

Objetivos do Balanço Social e Ambiental para Iudícibus (2015), é demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida. O Balanço Ambiental tem por objetivo principal:

Tornar pública toda e qualquer atitude das entidades, com ou sem finalidade lucrativa, mensurável em moeda, que a qualquer tempo possa influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, verificando que custos, passivos ou ativos ambientais sejam reconhecidos a partir de sua identificação em acordo com os princípios fundamentais de contabilidade (RAUPP, 2012, p.148).

Entende-se que o principal objetivo do Balanço Social é o de demonstrar as informações sociais e ambientais demonstrando um maior nível de transparência para com seus investidores e usuários de suas informações.

O Modelo de Balanço Social criado no Brasil, em 1997, pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) mostra que:

O balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa (IBASE, 2012, p. 2).

No tocante aos benefícios e contribuições à sociedade, no Balanço Social também está contido o compromisso da empresa com as necessidades básicas da população, mediado por investimentos voluntários nas diferentes áreas. Enquanto isso, no Balanço Social do IBASE, apenas três dos quarenta e quatro itens nele contido tratam de informações ambientais, e de forma simplificada, dos quais contêm os investimentos realizados pela empresa e as metas para diminuir resíduos e aumentar eficácia.

Ainda assim, o modelo IBASE é tomado como destaque por ser objetivo, o que o torna utilizável por diversas empresas, independente do porte ou setor de atuação. Sendo que, algumas optam por apresentar o Balanço IBASE de maneira isolada ou complementando relatórios socioambientais.

Destaca-se ainda como modelo o Balanço Social da GRI - A Global Reporting Initiative (GRI), considerado o mais completo e mais utilizado no mundo. Ele representa a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações (Instituto Ethos, 2012).

2.3.1.6 Demonstrações de Informações de Natureza Social e Ambiental (NBC -T 15)

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC editou, em 2004, a Resolução CFC nº 1.003, onde ficou aprovada a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC-T 15, que trata sobre as Informações de Natureza Social e Ambiental, que entrou em vigor em janeiro de 2006.

Esta resolução estabelece procedimentos de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das entidades. A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deverá revelar o seguinte: a) a geração e distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) relação da entidade com o ambiente externo; e d) a relação com o meio ambiente. Esta iniciativa do CFC representa um passo para a conscientização dos dirigentes das empresas e da população como um todo, a respeito da preservação do meio ambiente.

Aprovação da NBC T15 pelo Conselho Federal de Contabilidade, publicada no Diário Oficial da União, tem como um dos principais objetivos agregar valor contábil ao balanço social das empresas. A NBC T15 estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com a intenção de demonstrar a participação e a responsabilidade social da empresa. Sua entrada a vigor está desde de 2006 (XAVIER; LUCZKIEWICZ, 2013).

A publicação da Norma revelou uma evolução natural da inscrição dos surtos ambiental e social na economia. Vários fatos internacionais reforçaram, nos últimos anos, a interdependência das dimensões da sustentabilidade (ambiental, social e econômica) na avaliação mercadológica das empresas.

A resolução NBC T15 permitiu que a Responsabilidade Social das empresas seja avaliada dentro do contexto da sustentabilidade, criando, no ambiente contábil brasileiro, a figura do ativo e do passivo socioambiental das empresas. Para isso é de grande importância que os profissionais de contabilidade sejam capacitados, permitindo que esta iniciativa brasileira

seja um importante instrumento para a capitalização das empresas que buscam a sustentabilidade de suas atividades.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa, o qual teve por objetivo verificar se existe uniformidade na evidenciação das informações ambientais, publicadas pelas empresas do setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na Bovespa no período de 2015. A escolha da amostra justifica-se por ser um dos setores que apresenta maior potencial de poluição. Deste modo, trata-se de um bom universo para averiguar se a responsabilidade ambiental destas empresas, refletida em suas políticas de gestão ambiental, é clara e adequadamente evidenciada para a sociedade no corpo de suas demonstrações financeiras.

No Quadro 2 apresentam-se as empresas listadas no site da BOVESPA classificadas no setor petroquímico (Exploração, Refino e Distribuição) bem como a Demonstração do Resultado – Consolidado com o Lucro (Prejuízo) do Período (2015) R\$ - mil.

Quadro 2: Relação das empresas e seu Lucro/Prejuízo no ano de 2015

Empresas	Lucro (Prejuízo) do Período (2015) R\$ - mil
COSAN LIMITED	799.761
COSAN S.A Industria e comercio	881.762
OGX PETROLEO E GAS S.A	(106.799)
PETRO RIO S.A	(69.753)
PETROLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS	411.000
QGEP PARTICIPAÇÕES S.A	253.018
REFINARIA DE PETROLEOS MANGUINHOS S.A	(312.625)
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A	1.512.972

Fonte: BMFBOVESPA, 2017.

Dentre as empresas destacadas no quadro 2 a OGX PETROLEO E GAS S.A não foi analisada, pois a mesma se encontra em recuperação judicial, ou seja é uma medida para evitar a falência de uma empresa. É pedida quando a empresa perde a capacidade de pagar suas dívidas.

No quadro 3 abaixo é destacado as categorias de análise levantadas a partir do referencial teórico, adaptado do estudo de Carneiro; De Luca e Oliveira (2008, p. 39).

Quadro 3: Categorias Analisadas.

Categorias	Descrição
Demonstrações Financeiras Ambientais	Provisão para despesas com danos/remediação ambientais; seguro contra acidentes/desastres ambientais
Notas Explicativas	Os ativos ambientais, apresentando-se a participação em cada grupo de forma sintetizada e a natureza e finalidade desses ativos, no caso de novas aquisições;
Relatório da Administração	Tem por função apresentar as demonstrações contábeis sob a ótica da administração da empresa, ou seja, é capaz de facilitar o entendimento das informações descritas nas demonstrações contábeis.
Relatório de sustentabilidade	Consiste em uma das formas mais comuns de uma empresa descrever e prestar contas de sua atuação e conduta para a sustentabilidade, à sociedade e ao mercado.
Balanco Social	Relata o nível de responsabilidade social que uma empresa assumiu, portanto, é uma forma da empresa prestar contas pelo uso do patrimônio público.
Demonstrações de Informações de Natureza Social e Ambiental (NBC -T 15)	Procedimentos de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das entidades

Fonte: Adaptado de Carneiro; De Luca e Oliveira (2008, p. 39).

Foram definidas também características para o tipo de evidenciação: T1 - declarativa: informação expressa apenas de maneira descritiva, sem qualquer quantificação financeira ou não financeira; e T2 – quantitativa monetária: informação quantitativa apresentada e expressa em números de natureza financeira e não financeira ou somente financeira (CARNEIRO; DE LUCA; OLIVEIRA, 2008).

Importante ressaltar que informações repetidas num mesmo relatório foram consideradas somente uma única vez, assumindo que repetições de uma mesma informação em partes

distintas de um relatório do mesmo ano, não significam necessariamente abrangência ou completude de evidenciação.

Tabela 1: Demonstrações das empresas no ano de 2015.

Demonstrações Padronizadas												
Categorias	Demonst. Financeiras		Notas Explicativas		Relatório da Adm.		R. de Sustenta.		Balanço Social		NBC-T 15	
	T1	T2	T1	T2	T1	T2	T1	T2	T1	T2	T1	T2
Empresas												
COSAN	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0
COSAN S.A	1	0	2	0	1	0	1	0	0	0	0	0
PETRO RIO S.A	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
PETROBRAS	2	3	1	3	1	2	1	2	1	2	0	0
QGEP	1	2	1	0	1	2	0	1	0	1	0	0
MANGUINHOS	3	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ULTRAPAR S.A	2	1	1	3	0	1	0	1	0	0	0	0

Fonte: BMFBOVESPA, 2017.

Para melhor entendimento cada empresa foi analisada separadamente, foram também destacados os conteúdos das demonstrações ambientais.

3.1 Grupo Cosan

Nas empresas Cosan Ilimited e Consan S.A que atuam na produção de açúcar, etanol, cogeração de energia, dentre as suas demonstrações no ano de 2015, houve destaque apenas para 1 relatório de sustentabilidade realizado pela Raízen, que representa a evolução para uma abordagem mais direcionada aos temas relevantes, implantada a partir de consulta aos stakeholders e de uma nova definição da materialidade, princípios básicos do processo. É também o primeiro relatório da Raízen a seguir a quarta versão das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), adotadas desde a segunda edição do documento.

O primeiro Relatório de Sustentabilidade, que não seguia o padrão GRI, foi lançado em dezembro de 2012 e cobria os 18 meses iniciais de atividade. Os próximos documentos tiveram a periodicidade ajustada ao ano-safra da cana-de-açúcar, principal matéria-prima da empresa, e passaram a seguir a metodologia GRI. Este relatório trouxe informações sobre o

período de 2015, reunindo indicadores e relatos dos destaques, das conquistas e dos desafios no campo da sustentabilidade, nas atividades de Etanol, Açúcar e Bioenergia (EAB), Logística, Distribuição e Trading (LD&T) e Comercial no território brasileiro.

Outras demonstrações da Cosan Ilimeted são demonstrações financeiras trimestrais, entretanto não há descrito nenhum gasto da empresa em relação as suas políticas ambientais. Destarte o grupo Cosan evidencia pouco as suas informações ambientais, tanto em relação as informações contidas no Relatório de Sustentabilidade quanto em relação ao seu site da internet.

Segundo um relatório da administração (2015) da Cosan a companhia define a sustentabilidade como um de seus direcionadores estratégicos, gerando crescimento e geração de valor com responsabilidade socioambiental, transparência e boas práticas de governança corporativa e de gestão de riscos. Entretanto analisando os documentos da empresa é possível perceber que essa política de sustentabilidade começou apenas em 2012, o Grupo Cosan deu início à elaboração e à consolidação de seu modelo de gestão para a sustentabilidade, o qual foi estruturado em quatro etapas (diagnóstico e avaliação; diretrizes e estratégias; implementação e acompanhamento; e verificação e relato). Desta forma, a Companhia acompanha um conjunto de indicadores corporativos e dos negócios definidos a partir de consultas complementares ao processo de materialidade, conforme relatórios anuais divulgados.

3.2 PetroRio

A PetroRio S.A atua na produção de óleo e gás natural do Brasil, a empresa opera o Campo de Polvo desde janeiro de 2014, produzindo cerca de 8 mil barris por dia, a 6ª maior produção de barris de óleo equivalente do país. Com esta produção, a Companhia já figura entre as 10 maiores do Brasil.

Sobre a evidenciação de informações ambientais no ano de 2015 a PetroRio lançou apenas um relatório da administração abordando segurança, meio ambiente, saúde e responsabilidade social. Neste relatório a empresa relata o compromisso com a segurança dos empregados, terceiros e parceiros e o respeito ao meio ambiente norteiam todos os negócios da PetroRio. A empresa destaca a relevante marca de mais de 1.380 dias sem acidentes com afastamento na plataforma fixa “Polvo A” comprova esse engajamento.

Além disso a PetroRio relata da renovação da Licença de Operação, com validade até 2020, e a aprovação de nova tecnologia para o Plano de Emergência Individual – PEI, com perspectivas de maior eficácia nas ações de respostas ao vazamento de óleo no mar, obtidas ao longo do ano passado, são fundamentais para a continuidade das atividades no Campo de Polvo.

Através de projetos ambientais e de segurança operacional que seguem padrões internacionalmente reconhecidos, a PetroRio atende às determinações legais e regulatórias e mitiga possíveis impactos decorrentes das suas atividades. Durante o ano de 2015, foram investidos aproximadamente R\$ 30 milhões nesses projetos.

No site da PetroRio são destacados projetos ambientais e de segurança operacional a Companhia faz a sua parte, atendendo aos requisitos legais brasileiros de agências ambientais, regulatórias e trabalhistas e incorporando padrões ambientais e sociais internacionalmente reconhecidos. Assim dentre esses projetos destaca-se:

Projeto de Controle da Poluição (PCP): Constituído por procedimentos que buscam minimizar a poluição advinda da geração de resíduos a bordo das unidades marítimas e embarcações, da destinação em terra, do descarte de rejeitos no mar e das emissões atmosféricas.

Projeto de Monitoramento Ambiental (PMA): Monitora as possíveis alterações ambientais no Campo de Polvo, através de campanhas anuais de amostragem de água, sedimento e biota ao redor das unidades marítimas e embarcações.

Projeto de Comunicação Social (PCS): Disponibiliza canais de comunicação que podem ser utilizados a qualquer momento pela população (falecompolvo@petroriosa.com.br; 0800 710 0200). E, anualmente, acontecem dois encontros com as instituições de pesca nos municípios da área de influência na Bacia de Campos, quando são entregues Informativos, Cadernos de Pesca e Tábuas de Maré.

Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT): Treinamento para 100% dos trabalhadores envolvidos nas atividades desempenhadas no Campo de Polvo, buscando desenvolver uma visão crítica individual capaz de avaliar os aspectos referentes ao empreendimento no qual trabalham, e as implicações dos danos e riscos socioambientais e operacionais decorrentes do mesmo.

Projeto de Educação Ambiental (PEA): Batizado de ObservAção, tem como foco a formação de observatórios socioambientais com o papel de identificar e monitorar os impactos da

cadeia produtiva do petróleo e gás nos municípios que constituem a área de abrangência deste Projeto.

Plano de Emergência Individual (PEI): Documento elaborado para orientar a PetroRio no caso de uma emergência com vazamento de óleo no mar, quando são necessárias ações de resposta rápidas e eficientes para minimizar os impactos no meio ambiente e nas comunidades da área de influência.

3.3 Petrobrás

A Petrobrás umas das maiores empresa do Brasil de capital aberto (sociedade anônima), cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil (União), sendo, portanto, uma empresa estatal de economia mista. Com sede no Rio de Janeiro, opera atualmente em 25 países, no segmento de energia, prioritariamente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo, gás natural e seus derivados.

Segundo o site da Petrobrás na área de meio ambiente a empresa busca cuidar da segurança das operações e desenvolver ações para o equilíbrio entre atividades e o bem estar da força de trabalho e das comunidades. Para tanto a empresa busca o aperfeiçoamento de produtos e processos, o aumento da eficiência energética, treinamentos e patrocínios a projetos de conservação e preservação de ecossistemas, buscando sempre crescer contribuindo com o desenvolvimento sustentável.

A Petrobrás Investe em pesquisa, para o desenvolvimento de processos e produtos que contribuam para racionalizar o consumo de recursos naturais, buscando diversificar o uso das fontes, entre elas as de energia renovável. Também estimulamos o uso racional de energia e modernizamos nossos processos para aumentar a eficiência energética, reduzindo emissões de gases poluentes.

Para reduzir riscos à saúde humana e ao meio ambiente, as operações contam com planos de ação e simulados de emergência e sua força de trabalho passa por frequentes cursos de capacitação. Além disso, a empresa patrocina uma série de projetos ambientais voltados para mitigar emissões de carbono, proteger ambientes e espécies ameaçadas e conservar a biodiversidade.

No ano de 2015 a empresa emitiu demonstrações financeiras, notas explicativas, relatórios da administração e o relatório de sustentabilidade. Em um desses relatórios da administração a empresa divulgou que em 2015, aplicou R\$ 6,9 bilhões em operações e

projetos relacionados à gestão integrada de segurança, meio ambiente e saúde (SMS). Nesse contexto, as iniciativas foram para aperfeiçoar o desempenho nessas áreas, atender à legislação específica e contribuir para que as práticas operacionais das unidades para que sejam seguras, rentáveis e ambientalmente responsáveis.

Entre essas iniciativas, está a certificação da conformidade com as normas ISO 14001 (gestão ambiental) e OHSAS 18001 (gestão de saúde e segurança) dos sistemas de gestão de SMS das suas unidades de operação no Brasil e no exterior. Em 2015, todo o petróleo refinado no país foi processado em unidades certificadas.

Em uma nota explicativa a empresa divulgou dados de vazamento de petróleo e derivados somaram 76,5m³ em 2015, 10% a mais que o volume registrado em 2014 e 84% abaixo do Limite de Alerta fixado em 461 m³. Os níveis de derramamento permaneceram inferiores a 1m³ por milhão de barris de petróleo produzido, constituindo-se em um excelente resultado na indústria mundial de óleo e gás.

A empresa relata que manteve os procedimentos e planos de respostas a vazamentos estruturados em níveis local, regional e corporativo. Para atuar de modo eficaz nessas situações, a Petrobrás dispõe dos seguintes recursos materiais: 36 embarcações para recolhimento de óleo; 113 embarcações de apoio e outros veículos; 270 recolhedores de óleo; cerca de 92 mil metros de barreiras de contenção; 113 mil litros de dispersantes químicos, além de outros itens. Esses recursos são distribuídos nos 12 Centros de Defesa Ambiental e 11 bases avançadas, e nos Centros de Resposta a Emergência da Transpetro em vários pontos do território nacional. A empresa é associada à Oil Spill Response Limited, organização especializada em prover e complementar recursos para a resposta eficaz a vazamentos de petróleo, com atuação em escala global. Em 2015, a empresa realizou 22 exercícios simulados de âmbito regional, incluindo treinamentos de resposta a vazamentos.

No relatório de sustentabilidade compilou todas as informações sobre desempenho, estratégia e gestão quanto a aspectos de sustentabilidade. Foram analisados 26 temas a partir de questões relacionadas às práticas de estratégia e governança, a exigências legais e regulatórias, a expectativas de alguns dos seus públicos de interesse, a referências internacionais no setor de óleo e gás e a identificação de macrotendências. O resultado dessa análise permitiu priorizar para o relato da sustentabilidade.

No balanço social a Petrobrás Investiu cerca de R\$ 271,2 milhões em 907 projetos sociais, ambientais e de esporte educacional. Por meio do Programa Petrobras Socioambiental, articulou-se iniciativas que contribuem para criar soluções e oferecer alternativas com

potencial transformador para o enfrentamento de questões sociais e ambientais relevantes para o país.

3.4 QGEP Participações S.A

A Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP), é uma empresa do Grupo Queiroz Galvão, atua na exploração e produção de óleo e gás, detendo 14 concessões em oito das principais bacias offshore da costa brasileira.

Na evidenciação contábil da empresa houve destaque para um relatório da administração, um Relatório de Sustentabilidade e algumas ações descritas no site da QGEP. No relatório da administração não menciona valores, é apenas uma nota qualitativa, relatando que a QGEP prioriza a identificação e avaliação dos impactos e gerenciamento dos potenciais riscos ambientais, sociais e de segurança associados às suas atividades de exploração e produção, agindo para sua minimização e controle. Além de buscar o comprometimento de todos os envolvidos com suas atividades (colaboradores e contratados), para que tenha um alto desempenho operacional, ambiental, em segurança operacional, saúde, e responsabilidade social.

Em 2015, destaca-se a recertificação da Companhia nas normas ISSO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) e OHSAS18001 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança) para gestão das atividades de exploração e produção, que corrobora o compromisso de manter e melhorar constantemente os processos.

No relatório de sustentabilidade foi realizado o tratamento de todas as informações para a elaboração 5º Relatório Anual de Sustentabilidade. Em 2015, a QGEP não atuou como operadora e, por isso, seu consumo em relação à energia e água foi relativo às suas atividades administrativas, e, portanto, bem menor do que o gerado em 2014. Ao longo do período, os esforços da Companhia envolveram o aprimoramento dos procedimentos, treinamentos continuados em resposta a emergências e maior sinergia com outras operadoras, em busca de melhoria de performance.

Elaboração dos estudos ambientais: 2015 foi um ano de entregas de estudos para obtenção de licenças ambientais e autorizações da ANP. No ano, foi obtida a Licença Prévia referente

ao SPA e foram submetidos ao Ibama os dois estudos ambientais referentes às atividades de perfuração nos blocos das bacias de Foz do Amazonas e Pará-Maranhão, operadas pela QGEP. A Companhia também acompanhou por meio de TCMs e OCMs os processos de licenciamento em áreas onde não atua como operadora.

Nos Investimentos e gastos com proteção ambiental a empresa investiu 18.840,85 em tratamento e disposição de resíduos e 275.166,74 com custos de prevenção e gestão ambiental, totalizando 294.007,59.

No site da A Queiroz Galvão Exploração e Produção relata que a empresa participa do projeto conjunto de proteção e limpeza de costa (PPLC), promovido no âmbito do acordo de cooperação técnica entre o IBP e o IBAMA. Este projeto teve como objetivo visa a criar um banco de dados georreferenciado de toda a costa brasileira, que e os dados obtidos incluem informações tais como características físicas e socioambientais da costa brasileira, acessibilidade, entre outras, promovido no âmbito do acordo de cooperação técnica entre o IBP e o IBAMA.

3.5 Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A

A Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A é uma Sociedade de capital aberto, que tem por objetos sociais: (i) exploração, no Estado do Rio de Janeiro, de uma refinaria de petróleo e de outras indústrias conexas ou independentes, desde que não se oponha a ato do Governo Federal; (ii) importação de petróleo crus, venda de derivados de petróleo no País e sua exportação quando autorizada; e (iii) prestação de serviços relacionados com a atividade de refino, tais como armazenamento de derivados.

Na questão da evidenciação a empresa no ano de 2015 divulgou poucas informações ambientais, houve destaque apenas para uma nota explicativa sobre a sobre a certificação pela Bureau Veritas Certification-Brasil de seu Sistema de Gestão Ambiental que foi recomendado para a certificação de acordo com os requisitos da NBR ISSO 14001:2004, abrangendo o seguinte escopo: “Refino de Petróleo, comercialização de gasolina A, solventes especiais e outros combustíveis, estocagem de grânéis líquidos e recebimento de petróleo e seus derivados por duto, via terminal marítimo.

No site da Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A relata que a empresa possui um gerenciamento de resíduos, onde os resíduos são transportados e destinados

adequadamente, segundo legislação aplicável. Além de que os lançamento de efluentes são encaminhados ao sistema de tratamento através de rede coletora, atendendo aos padrões de lançamento da legislação vigente.

3.6 Ultrapar Participações S.A

A Ultrapar Participações S.A é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede em São Paulo – SP. A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de grânéis líquidos (“Ultracargo”) e, a partir de 31 de janeiro de 2014, no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos, por meio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”).

Sobre a evidenciação da companhia no ano de 2015 a empresa lançou algumas notas explicativas e um relatório da administração relando que a Ultrapar busca manter a valorização da ética nos negócios, da cultura de cidadania e da excelência nos padrões de saúde, segurança e meio ambiente, cultivando uma história de quase 80 anos com seus stakeholders. O Modelo de Sustentabilidade Ultra abrange cinco pilares: Segurança, Meio Ambiente, Pessoas, Produtos e Serviços e Cadeia de Valor, que se desdobram em 28 indicadores de desempenho e gestão, e estão alinhados às diretrizes corporativas de sustentabilidade.

Em função das especificidades de cada mercado que a mesma opera, mantêm políticas individuais relacionadas à atuação socioambiental, de saúde e segurança que têm como base essas diretrizes.

Em umas das notas explicativas a empresa possuem provisões para litígios sobre cláusulas de indenizações para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 60.293 em 2015.

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 582.960 em 2015, dos quais se destacam: A

controlada Cia. Ultragas respondeu a processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

Outra nota relata o incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no terminal de Santos da controlada Tequimar, a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo imputou multa de R\$ 22.500, em razão dos alegados impactos ambientais e urbanos ocasionados pelo incidente. Diante da autuação, foi apresentada a respectiva impugnação ainda na esfera de primeira instância, junto ao órgão ambiental, na qual foi arguida, entre outros aspectos, a inaplicabilidade de legislação federal, visto a existência de legislação estadual que regula a matéria, o que pode ensejar na redução da multa aplicada.

No relatório de sustentabilidade da empresa a Ultrapar destacou a convicção de que o tratamento adequado ao meio ambiente é um dos principais pilares do desenvolvimento sustentável de uma companhia. Seguindo essa filosofia, a Ultrapar mantém em seus negócios uma série de iniciativas, visando não apenas o cumprimento das crescentes exigências ambientais em seus segmentos de atuação, mas também seu pioneirismo e foco em inovação, que a caracterizam.

A preservação ambiental permeia programas e projetos desenvolvidos para reduzir e controlar a emissão de poluentes e rejeitos, utilizar de maneira racional e sem desperdício as matérias-primas e adotar a reciclagem, além de conscientizar os públicos com os quais a empresa se relaciona a respeito da importância do meio ambiente.

Exemplo de iniciativa de proporções maiores é o foco da Oxiteno na ampliação do uso de matérias-primas verdes, viabilizada principalmente pela inauguração em 2008 da Oleoquímica, que produz álcoois graxos a partir do óleo de palmiste, extraído da semente do fruto da palma. Em 2007, as matérias-primas naturais representavam 8% do total; em 2012, essa participação atingiu 18%.

Entre as iniciativas que combinam inovação e sustentabilidade destaca-se o Posto Ecoeficiente, projeto desenvolvido pela Ipiranga. Iniciado em 2007, o programa representa uma revolução no segmento de distribuição de combustíveis, ao reunir um conjunto de soluções que resultam em redução do consumo de recursos naturais e de energia: armazenagem e utilização da água de chuva, reutilização da água da lavagem de veículos, maior aproveitamento da luz natural, uso de lâmpadas e reatores mais eficientes e aproveitamento da luz solar para aquecimento da água, entre muitos outros. As soluções

envolvem, inclusive, um novo método de construção que leva em consideração a redução do volume de material perdido. Os Postos Ecoeficientes apresentam, por exemplo, um consumo de energia elétrica cerca de 35% menor, proporcionando redução de custos aos proprietários e poupando recursos naturais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A pesquisa teve como objetivo verificar as informações ambientais, publicadas pelas empresas do setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis listadas na Bovespa no período de 2015.

Atualmente, a divulgação das informações ambientais é de grande importância para o desenvolvimento de uma correta gestão ambiental nas empresas, além de servir de suporte para as tomadas de decisões financeiras e de produção, representando também um forte instrumento de reconhecimento social, pelo fato de registrar os eventos relacionados às atividades empresariais que impactam, de uma forma ou outra, o ambiente em que estas empresas se encontram inseridas.

Diante dos aspectos analisados, constatou-se que as empresas com o maior número de informações ambientais divulgadas em seus instrumentos de evidenciação foram a Petrobras e Ultrapar apresentando um número maior de informações ambientais que as outras empresas pesquisadas.

O maior número de informações ambientais evidenciadas por essas duas empresas, referem-se ao relatório de sustentabilidade. Tal preferência pelos relatórios de sustentabilidade para divulgação das informações ambientais pode-se atribuir à questão da dificuldade de mensuração quantitativa dos eventos ambientais, bem como, da falta de exigibilidade por parte da legislação vigente de evidenciação dessas informações em seus relatórios mais tradicionais e convencionais.

Nas outras empresas pode constatar que prevalece a divulgação de informações ambientais através do Relatório da Administração e algumas notas explicativas. Isto mostra que há uma dissociação entre as informações ambientais divulgadas e as demonstrações financeiras, ocasionando uma perda na utilidade da informação e revela que a Contabilidade Ambiental ainda não exerce todo o seu potencial.

Assim nas empresas Cosan, Queiroz Galvão Exploração e Produção, Refinaria Manguinhos e PretoRio não há muita diferença entre a quantidade de informações divulgadas, todas apresentam uma rasa explicação referente a informação evidenciada em seus relatórios anuais. Há também que se analisar que dessas empresas apenas o grupo Cosan não está com dificuldade financeira.

Os resultados mostraram que há uma prevalência de construções puramente declarativas, informações qualitativas, desvinculadas de mensuração, quer em termos físicos quer em termos monetários. Demonstra uma incompletude no processo de evidenciação, pois dificulta ao usuário estabelecer significações econômicas das informações divulgadas, fazer relações entre itens de mesma natureza, efetuar comparações. Em sua maioria, as informações divulgadas perdem em relevância, utilidade, valor preditivo, comparabilidade e verificabilidade, pois se apresentam nos demonstrativos de maneira inadequada e incompleta.

Pode-se inferir que as duas empresas Petrobrás e Ultrapar tratam as questões ambientais com seriedade e comprometimento, buscando inserir ações e práticas que resultem na conservação e recuperação do meio ambiente e na minimização do impacto ambiental, resultante de suas atividades operacionais.

Por fim, considera-se que, o estudo concretizou o objetivo proposto inicialmente e respondeu a questão da pesquisa de maneira satisfatória. Porém as empresas deveriam divulgar mais informações ambientais e com maiores detalhes em seus demonstrativos obrigatórios anuais, como forma de identificar de forma clara e transparente o relacionamento dessas empresas com o meio ambiente, facilitando a tomada de decisão dos stakeholders, bem como, consolidando a imagem e reputação, dessas empresas como organização ambientalmente responsável.

Apresenta-se, como sugestões para futuras pesquisas, na qual seja trabalhado o mesmo objetivo, ampliar a amostra estudada para permitir comparação com empresas participantes de outros segmentos, também ambientalmente impactantes.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. A. **Internal organizational factors influencing corporate social and ethical reporting: beyond current theorizing.** AAAJ – Accounting, Auditing & Accountability Journal. v. 15, n. 2, p. 223-250, 2002.
- AERTS, W.; CORMIER, D.; MAGNAN, M. **Intra-industry imitation in corporate environmental reporting: an international perspective.** JAPP – Journal of Accounting and Public Policy, v. 25, p. 299-331, 2006.
- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- BOVESPA. **Site Institucional BM&FBOVESPA E CETIP.** Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/index.htm. Acesso em: 27 março de 2016.
- BRASIL. **Art. 133 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6404/76.** Senado Federal: Brasília, 1976.
- BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional Promulgado em 5 de outubro de 1988, Brasília: Senado Federal, ano 2012.
- CALIXTO, L. **Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras.** UnB Contábil, v. 10, p. 1-16, 2007.
- CARNEIRO, J. E.; DE LUCA M. M. M.; OLIVEIRA, M. C. **Análise das Informações Ambientais Evidenciadas nas Demonstrações Financeiras das Empresas Petroquímicas Brasileiras listadas na Bovespa.** Revista Contabilidade Vista e Revista, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 39-67, jul./set. 2008.
- CLARKSON, P. L.; RICHARDON, G. L. **Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: an empirical analysis.** AOS – Accounting, Organizations and Society, v. 33, p. 5-25, 2007.
- COLZANI, V. F. **Guia para redação do trabalho científico.** 2 ed. Curitiba: Juruá, 2010.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Parecer de Orientação nº 15, de 1987.** Procedimentos observados pelas companhias abertas e auditores na elaboração e publicação das demonstrações financeiras, do relatório da administração e do parecer de auditoria relativos aos exercícios sociais encerrados a partir de dezembro de 1987.

Disponível em: http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=P&File=\pare\pare015.do. Acesso em: 27 ago. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCT 15 - Demonstração de Informação de Natureza Social e Ambiental**. Disponível em: <www.cfc.org.br>. Acesso em: 25 dez. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n. 1.003, de 19 de agosto de 2004. Aprova a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental**. Disponível em: < http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1003.htm>. Acesso em: 27 jan 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº. 1283/2016**. Resoluções e Ementas do CFC. Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dá outras providências. Conselho Federal de Contabilidade, 2016.

COSAN LIMITED. **Site Cosan**. Disponível em <http://cosan.com.br/pt-br>. Acesso em março de 2017.

COSTA, A. F. da.; et.al. **Demonstrativos de Responsabilidade Ambiental como Fonte de Informação contábil**. In II Seminário de Ciências Contábeis. Blumenau / SC., 22 a 24 de agosto de 2006.

COSTA, C. L. de O. **Gestão Ambiental por Meio da Contabilidade**. SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia: Gestão do conhecimento para a Sociedade, 22 a 24 de Outubro de 2014.

COSTA, R. S. da.; MARION, J. C. **A uniformidade na evidenciação das informações ambientais**. Rev. contab. finanç. vol.18 no.43 São Paulo Jan./Apr. 2007.

COSTA, R. S.; MARION, J. C. **A uniformidade na evidenciação das informações ambientais**. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo: USP, n. 43, p. 20-33, 2007.

DUTRA, R. G. **A Informação Contábil é mais Útil com a Evidenciação do Passivo Ambiental**. In: II Seminário de Responsabilidade Social e Ambiental. Aquiraz – CE. 8 a 10 de agosto de 2002.

ECKERT, A.; et al. **Evidenciação Contábil das Informações Ambientais: Uma Análise das Empresas da Serra Gaúcha Listadas na Bovespa**. Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade, 6(4), pp. 508-530, out-dez, 2014.

EUGÊNIO, T. C. P. **Contabilidade Ambiental: Estudo de Caso Aplicado a Indústria de Portas e Janelas de Madeira**. In: Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 102-115, maio/ago 2005.

FERREIRA, A. C. de S. **Contabilidade ambiental**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FIGUEIREDO, G. J. P. de. **Em defesa do Código Florestal**. In: Código Florestal: 45 Anos – Estudos e Reflexões. Org: et al. Curitiba: Letra da Lei, 2010.

FONSECA, F. A. P. de B.; ALMEIDA, K. K. N. de; FRANÇA, R. D. de. **Evidenciação de Informações Ambientais em Empresas do Segmento de Utilidade Pública Listadas na**

BM&FBOVESPA: Um Estudo sobre a Evolução na Divulgação dessas Informações. REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade – Vol. 2, no 3, p.51-68, Mai-Ago/2012.

FREY, M. R.; PIRES JÚNIOR, R. B. **Evidenciação das Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis.** In: Anais II Seminário de Trabalhos Científicos em Contabilidade da UNIS – 17 e 18/09/2001. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade, 2001. p. 115-129.

GALLON, A. V.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. **Evidenciação Contábil:** itens de maior divulgação nos relatórios da administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa. Revista Contabilidade Vista e Revista, ISSN 0103- 734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 141-165, abr./jun. 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRI, Global Reporting Initiative. **Iniciativa Global para Apresentação de Relatórios;** Diretrizes para relatório de Sustentabilidade, 2006.

HENDRIKSEN; E. S.; BREDA, M. F. V. **Teoria da contabilidade.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBASE. **Balanco Social.** Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>> Acesso em 3 de janeiro de 2017.

IGARASHI, D. C. C.; SILVA, R. A. da; OLIVEIRA, C. R. de. **Análise das informações que compõem os relatórios da administração segundo a ótica do parecer de orientação da CVM.** Revista Enfoque: Reflexão Contábil, v. 28, n.º3, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – IBRACON. **Normas e procedimentos de auditoria – NPA 11 – Balanço e Ecologia.** 1996.

Instituto Ethos. Disponível em: <www.ethos.org.br>. Acesso em: 30 janeiro de 2017.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, S. de.; et al. Manual de contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 2010.

KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade ambiental:** Relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente. Revista Pensar Contábil, Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, ano 8, p. 16-41, ago./out. 2005.

KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade Ambiental:** Relatório para um Futuro Sustentável, Responsável e Transparente. Revista Eletrônica Manauara de Administração e Ciências Contábeis, v. 1, n. 2, p. 70-92, 2012.

KRESPI, N. T.; et al. **Evidenciação de informações ambientais:** Análise sob o aspecto do balanço social de empresas listadas na ISE. Custos e @gronegocio on line, v. 8, n. 4, p. 147-170, 2012.

LEUZINGER, M. D. **Revista de Direitos difusos.** Ano I. São Paulo: Ed. Esplanada, 587 p., v. 5. 2001.

LIMA, K. P. S. de. et al. **Contabilidade Ambiental**: Um estudo sobre a evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis das grandes empresas brasileiras. Revista Eletrônica de Administração (Online), v. 11, n.1, edição 20, jan-jun 2012.

LUZ, L. V. N. **Análise sobre a evidenciação de melhores práticas socioambientais pelos 20 maiores bancos que atuam no SFN**. Trabalho de conclusão de Curso (TCC) apresentado como um dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília, 2013.

MAGNESS, V. **Strategic Posture, Financial performance and environmental disclosure: an empirical test of legitimacy theory**. AAAJ – Accounting, Auditing & Accountability Journal, v. 19, n. 4, p. 540-563, 2006.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MILARÉ, É. **Direito do Ambiente**. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MUNARIA, D.; LORANDI, J. A. **Estudo das informações que compõem o relatório da administração das empresas catarinenses segundo a ótica do parecer de orientação da CVM**. Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade, 2014.

MUZA, T. N.; SILVEIRA, M. L. G. da.; PFITSCHER, E. D. **Aplicação do Sistema Contábil Gerencial Ambiental (SICOGEA) em uma Instituição Federal de Ensino e Tecnologia**. Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade, 2014.

O'DWYER, B. **Managerial perceptions of corporate social disclosure: an Irish story**. AAAJ – Accounting, Auditing & Accountability Journal, v. 15, n. 3, p. 406-436, 2002.

PAIVA, P. R. de. **Contabilidade Ambiental**: Evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

PATTEN, D. CHO, C. **The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note**. AOS – Accounting, Organizations and Society, v. 32, p. 639-647, 2007.

PEREIRA, S. D. **Legislação Ambiental**: Um importante instrumento de gestão ambiental. IETEC - Instituto de Educação Tecnológica, 2013 [online]. Disponível em http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/770. Acesso em dezembro de 2016.

PETRO RIO S.A. **Site Institucional Petro Rio**. Disponível em: http://www.petroriosa.com.br/default_pt.asp?idioma=0&conta=28. Acesso em março de 2017.

PETROLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS. **Site Institucional da Petrobrás**. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/>. Acesso em março de 2017.

PIRES, C. B.; SILVEIRA, F. C. da S. **A evolução da evidenciação das informações ambientais de empresas do setor de celulose e papel**: Uma análise de conteúdo das notas explicativas e relatórios de administração. ConTexto, Porto Alegre, v. 8, n. 13, 1º semestre 2008.

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A. **Site Queiroz Galvão**. Disponível em: <http://www.qgep.com.br/>. Acesso em março de 2017.

RAHAMAN, A.; LAWRENCE, S.; ROPER, J. **Social and environmental reporting at the VRA: institutionalized legitimacy or legitimation crisis?** CPA – Critical Perspectives on Accounting, v. 15, p. 34-56, 2004.

RAUPP, E. H. **Desenvolvimento Sustentável: A contabilidade num contexto de responsabilidade social de cidadania e de meio ambiente.** Anais... VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Gramado, 2012.

REFINARIA DE PETROLEOS MANGUINHOS S.A. **Site Institucional da Empresa.** Disponível em: <http://www.refinariademanguinhos.com/>. Acesso em março de 2017.

REINA, D.; ENSSLIN, S. R.; BORBA, J. A. **Evidenciação voluntária do Capital Intelectual nos Relatórios da Administração em Empresas do Novo Mercado no ano de 2006.** ConTexto, Porto Alegre, v. 9, n. 15, 1º semestre 2009.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade ambiental.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RIBEIRO, M. de S.; LISBOA, L. P. **Balanço Social.** Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, n.115, p.72-81, jan./fev. 1999.

RICHARDSON, R. J.; et al. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas.** 3ª Edição. São Paulo. Atlas, 2011.

Rover, S.; et al. **Como as Empresas Classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) Evidenciam os Custos e Investimentos Ambientais?** Revista de Custos e @gronegocio online. v.4, n.1 – jan/abr, 2008.

SAUGO, D. A.; POLETTO, L. F.; POLACINSKI, É. **Legislação Ambiental Brasileira: Uma abordagem conceitual.** III JOPEC – Jornada de Pesquisas Econômicas: Economia, Inovação e Sustentabilidade: Faculdade Horizontina, 2012.

SEGANTINI, G. T. **Análise da relação entre condutas ambientais das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial e o seu desempenho econômico.** Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2012.

SOARES, S. V.; et al. **A utilização do balanço social como ferramenta de verificação da aplicação da lei Nº 8.213/91:** um estudo multi-caso das instituições financeiras brasileiras com ações negociadas na BOVESPA. Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 4, n. 3, art. 1, p. 3-17, 2010.

SOUZA, J. L.; et al. **Disclosure Ambiental de empresas listadas na BM&FBovespa: Avaliação de 19 itens do modelo ISAR/UNCTAD em 40 empresas.** XXXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção: A Gestão dos Processos de Produção e as Parcerias Globais para o Desenvolvimento Sustentável dos Sistemas Produtivos Salvador, BA, Brasil, 08 a 11 de outubro de 2013.

SOUZA, V. R. de.; RIBEIRO, M. de S. **Aplicação da Contabilidade Ambiental na indústria madeireira.** Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, n. 35, p. 54 - 67, maio/agosto 2004.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A. **Site Institucional da Empresa.** Disponível em <http://www.ultra.com.br/>. Acesso em março de 2017.

WAINER, A. H. **Legislação Ambiental brasileira**: subsídios para história do Direito Ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

XAVIER, V. V. N. T.; LUCZKIEWICZ, D. A. **Passivo ambiental e sua evidenciação nas empresas do segmento de petróleo**. XX Congresso Brasileiro de Custos – Uberlândia, MG, Brasil, 18 a 20 de novembro de 2013.